

ARTIGO

Iveta Ribeiro e a revista *Brasil Feminino*: a conquista de um espaço feminino na imprensa brasileira do século XX

Iveta Ribeiro and the Brasil Feminino Magazine: The Conquest of a Women's Space in the 20th-Century Brazilian Press

Vívian Marcello Ferreira Caetano

Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

RESUMO: Este artigo analisa a revista *Brasil Feminino* (1932-1937), dirigida por Iveta Ribeiro, como fonte e objeto para explorar as relações entre história, imprensa e gênero no Brasil do início do século XX. Publicada no Rio de Janeiro, a revista promoveu mudanças sociais, engajando mulheres na luta por direitos políticos, educacionais e de participação cívica. Iveta Ribeiro destacou-se como uma das poucas mulheres a liderar uma publicação em um campo editorial predominantemente masculino, superando barreiras significativas. Seu percurso, ainda pouco documentado, revela seu compromisso com a visibilidade feminina e a inclusão das mulheres em esferas como a política e a ciência, contando com colaborações de feministas. A análise de suas colunas evidencia como o periódico fortaleceu o papel das mulheres na sociedade e na imprensa. O artigo reflete sobre os desafios e estratégias que permitiram às mulheres consolidarem seu espaço na imprensa, destacando o legado pioneiro de Iveta Ribeiro.

PALAVRAS- Chaves: gênero, imprensa, História do Brasil.

*E-mail: vivianmarcello@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2919-3769>

Bolsista de Pós - Doutorado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil.

ABSTRACT: This article analyzes the magazine *Brasil Feminino* (1932-1937), directed by Iveta Ribeiro, as both a source and an object to explore the relationships between history, press, and gender in early 20th-century Brazil. Published in Rio de Janeiro, the magazine promoted social change by engaging women in the struggle for political, educational, and civic participation rights. Iveta Ribeiro stood out as one of the few women to lead a publication in a predominantly male editorial field, overcoming significant barriers. Her trajectory, still poorly documented, reveals her commitment to female visibility and the inclusion of women in spheres such as politics and science, with contributions from feminists. The analysis of her columns highlights how the periodical strengthened the role of women in society and the press. The article reflects on the challenges and strategies that allowed women to consolidate their space in the press, emphasizing the pioneering legacy of Iveta Ribeiro.

KEYWORDS: gender, press, Brazilian History.

INTRODUÇÃO

Brasil Feminino: da mulher, para a mulher, pela mulher: “É vasto o programa de ação de Brasil Feminino; carecerá mesmo de muito sacrifício. De muita coragem e persistência, mas ao traçal-o contei primeiro commigo própria, depois com a capacidade intellectual das companheiras que escolhi para a jornada difficil. (...) Brasil Feminino é vossas”.¹

Este trecho foi publicado no ano de 1932 e refere-se à apresentação da revista, elaborada pela escritora e diretora Iveta Ribeiro. Nele, é possível identificar um convite direcionado às leitoras, no sentido de valorizarem, consumirem e participarem ativamente do periódico. Esse apelo é construído a partir de um relato que evidencia as dificuldades enfrentadas na época para a existência de uma revista realizada exclusivamente por mulheres. A autora reconhece a grandiosidade do projeto e os desafios que envolvem sua execução, ressaltando que sua realização exige sacrifício, coragem e persistência. A comparação entre o livro e a revista sublinha a intenção de ampliar o alcance. Enquanto os livros são restritos a círculos intelectuais e raramente ultrapassam as fronteiras do país, a revista se propõe a ser mais acessível e difundir as ideias feministas de forma mais ampla, chegando a mais lares e servindo como uma “credencial” para estabelecer um diálogo com mulheres de outras nações. Assim, o texto não apenas apresenta a revista *Brasil Feminino* como uma conquista coletiva, mas também a posiciona como um veículo estratégico para o avanço da autonomia e da visibilidade das mulheres.

Como destaca Ana Luiza Martins, a participação feminina na produção de impressos no Brasil teve início na primeira metade do século XIX, conferindo “(...) visibilidade para o universo feminino enquanto se colocavam num mercado predominantemente masculino” (Martins, 2013, p. 67). Contudo, foi no início do século XX que transformações significativas impactaram a sociedade brasileira, especialmente no Rio de Janeiro, então Capital Federal do Brasil. O crescimento urbano, a consolidação da política republicana, o aumento populacional, a expansão das camadas médias e a melhoria nos níveis de instrução, entre outros fatores, refletiram-se na modernização da imprensa. Nesse contexto, emergiu a chamada grande imprensa, caracterizada por tiragens mais amplas e sustentadas pelo crescimento da publicidade.

Nesse cenário, as revistas ilustradas ganharam espaço e se fortaleceram, acompanhando a onda de modernização do período. Defende-se aqui a ideia de que o moderno e o tradicional coexistiam, de modo que os valores patriarcais herdados do período colonial e imperial permaneceram presentes na construção da modernidade durante a República no Brasil, especialmente no que diz respeito aos direitos da família e da mulher.

Paralelamente, as mulheres passaram a ocupar espaços públicos com maior frequência e a atuar profissionalmente, embora o patriarcado continuasse a influenciar as relações políticas, econômicas, culturais e sociais do país. Mesmo diante de mudanças profundas, como a abolição da escravidão, a imigração, a urbanização e a industrialização, as ideias de subordinação e dependência da mulher em relação ao homem “(...) se mantiveram ainda por um longo tempo, mesmo que disfarçadas sob um verniz de modernidade” (Scott, 2013, p. 16).

Dessa forma, é possível perceber uma relação dialética entre as revistas e a sociedade, marcada pela ambiguidade da modernidade carioca. Trata-se de um conjunto de experiências contraditórias e ambíguas, somadas à angústia gerada pela perda das certezas do passado e pelas incertezas do futuro. Assim, de acordo com Mashall Berman, é “(...) dessa profunda dicotomia, dessa sensação de viver em dois mundos simultaneamente, que emerge e se desdobra a ideia de modernismo e modernização” (Berman, 1986, p. 16). Essas tensões recaíram de maneira particular sobre as mulheres, que, embora tenham conquistado maior visibilidade em alguns aspectos, foram, em muitos sentidos, silenciadas. Sendo assim, a partir do século XX, observa-se uma redução significativa de impressos coordenados por mulheres, com o predomínio de revistas organizadas por homens e direcionadas ao público feminino. Sendo assim, eram os homens quem majoritariamente ditavam às mulheres como deveriam se comportar, o que falar e como se vestir, reforçando estruturas de poder e hierarquias de gênero que persistiam mesmo em meio às transformações da época. Neste sentido, para o período aqui trabalhado, podemos perceber as novas formas do patriarcado na presença do sistema capitalista e da República. Vemos um país em processo de modernização patriarcal, pois, como afirma Jeni Vaitsman: “A modernização no plano da subjetividade e da família seria muitas vezes apenas aparente, com a persistência de elementos tradicionais coexistindo com comportamentos aparentemente modernos” (Vaitsman, 1994, p. 14).

Portanto, concordamos com ideia da autora, que destaca que no Brasil ocorreu um “patriarcalismo moderno”, ou seja, a família moderna é de fato uma família patriarcal. Segundo ela, o processo da modernização brasileira inaugurava uma nova modalidade de patriarcado na qual havia conteúdos diferentes que legitimavam as relações de gênero na chamada família patriarcal dos setores rurais tradicionais. A autora defende que a família conjugal moderna se formava a partir de algumas mudanças, como a vontade individual do homem e da mulher (o amor romântico), uma maior participação da mulher em atividades lucrativas (como a de costureira, professora, datilógrafa, secretária, entre outras) e, em alguns casos, ocorria o desquite ou o casamento com desquitados, além da diminuição da autoridade paterna e o aumento do controle sobre a natalidade.

Estas mudanças são os conteúdos distintos que modificaram o patriarcalismo rural do moderno vivenciado no país no período que estamos analisando. Ou seja, um mecanismo que reproduz as desigualdades e as vantagens dos homens sobre as mulheres. Como define Sylvia Walby, o conceito de patriarcado é capaz de “capturar a profundidade, penetração ampla e interconectividade dos diferentes aspectos da subordinação das mulheres” (Walby, 1990, p. 2). Contudo, é necessário destacar que, mesmo com todo aparato para a manutenção da condição feminina no Brasil, algumas mulheres desse período se mostraram dispostas a ir contra as imposições feitas pelo patriarcado. Para Koselleck, a “modernidade é como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então” (Koselleck, 2006, p. 314). Ou seja, com a modernização, a experiência se afasta da expectativa, abrindo espaço para a entrada de algo novo. Ocorre uma mudança na percepção do tempo e, junto com isso, vinha a ideia de progresso, como destaca o autor: “O conceito de progresso único e universal nutria-se de muitas novas experiências individuais de progressos setoriais, que interferiram com profundidade cada vez maior na vida quotidiana e que antes não existiam” (Koselleck, 2006, p. 317). Nesse sentido, mesmo com dificuldades, esse novo tempo de modernidade contribuiu para viabilizar às mulheres um espaço de luta e conquistas.

O movimento feminista foi uma dessas expressões, e, conforme destaca Celi Regina Pinto, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) representou “a maior expressão do feminismo da época no Brasil” (Pinto, 2003, p. 19).

As fontes consultadas não indicam diretamente que Iveta Ribeiro tenha participado da (FBPF), a organização foi uma das principais responsáveis pela luta e conquista do sufrágio feminino no Brasil. No entanto, a revista *Brasil Feminino*, por ela dirigida, publicava notas e resumos das atividades da entidade em suas edições, o que demonstra sua sintonia com as pautas levantadas pelo movimento. Nesse sentido, a atuação da literata aproximava-se das práticas de Bertha Lutz, que em 1922 havia fundado a FBPF e participou de muitas edições da revista, direta ou indiretamente. Sendo assim, compreender a trajetória de Iveta Ribeiro é, portanto, fundamental: ao criar uma publicação concebida, editada e dirigida exclusivamente por mulheres, ela rompeu com a hegemonia masculina do meio editorial e afirmou a autonomia feminina na produção intelectual.

A TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE IVETA RIBEIRO

Iveta Ribeiro nasceu em uma família de intelectuais e estadistas, os Pereira e Sousa, que incluía o ex-presidente da República Washington Luís.² Filha de Luiza Virgínia de Souza Cunha, brasileira, e José Francisco da Cunha, português, desde cedo Iveta Ribeiro demonstrou talento para a escrita. Aos 11 anos, publicou seu primeiro conto, “A Boneca”, no mensário *O Bandolim*, iniciando uma trajetória literária marcada por intensa produção. Seu nome completo era Iveta Augusta da Cunha Ribeiro dos Santos, e sua vida, iniciada no Rio de Janeiro em 7 de março de 1886, chegou ao fim na mesma cidade em 1963.

Em 1910, aos 24 anos, casou-se com o teatrólogo português José Ribeiro dos Santos, com quem viveu até ficar viúva em 1956. Ao longo da vida, colaborou com diversos jornais e revistas, como: “O Malho, Jornal do Brasil, Correio da manhã do RJ; Jornal de Recife, PE, Diários de Notícias da BA; Diário de Lisboa de Portugal, Corimbo de Rio Grande do Sul e revista Atenéia da ALFRS” (Flores, 2011, p. 621). Sua atuação cultural foi vibrante e multifacetada. Patrona da cadeira número 34 da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul (ALFRS)³, destacou-se como poetisa, romancista, contista e pintora, além de escrever peças teatrais, roteiros para programas radiofônicos e se dedicar a extensos trabalhos filantrópicos. Como radialista a partir de 1923, Iveta organizou programas no Rádio Clube Brasileiro e na Rádio Guanabara, nos quais promoveu concursos literários e iniciativas culturais. Mais tarde, na Rádio Transmissora Brasileira, criou e dirigiu “Da Mulher e para a Mulher”, um programa voltado à valorização da voz feminina.

Além de sua atuação radiofônica, Iveta se destacou como artista plástica, realizando 14 exposições individuais em importantes centros culturais, como Rio de Janeiro, Porto Alegre, Lisboa e Valparaíso. Sua conexão com Portugal foi um dos aspectos mais marcantes de sua trajetória, fruto não apenas de laços familiares e matrimoniais, mas também de seu compromisso com o intercâmbio cultural entre Brasil e Portugal. Em 1931, a convite do governo português, hospedou-se em Lisboa e organizou uma exposição com cerca de 150 livros de escritoras brasileiras. Durante esse período, também realizou conferências e recitais de poesia, dando voz a 36 poetisas brasileiras cujos versos levou consigo. Entre 1949 e 1950, idealizou e fundou a *I Estante Feminina Portuguesa no Brasil* e a *I Estante Feminina Brasileira em Portugal*, consolidando seu papel como promotora do diálogo cultural entre os dois países.

Nesse sentido, foi na literatura que Iveta Ribeiro se sobressaiu com maior intensidade. Com uma impressionante produção literária, escreveu cerca de 600 contos publicados em veículos do Brasil e de Portugal, além de uma vasta obra em livro. Sua estreia literária ocorreu em 1922, com *Coisas da vida*,

seguido, em 1927, pelo livro de poesias *Meus versos*. Ao longo dos anos, publicou títulos expressivos como *Corpos e almas*, *Meu livro de orações*, *Migalhas* e *Mutação* (1935). Também explorou a prosa de ficção, lançando *Em todos os tempos* (contos) e romances como *Almas simples*, *Despertar*, *Meu filho* e *Para além do amor*. Em 1932, registrou sua experiência em Portugal no livro *Portugal visto por mim*. Nos últimos anos de vida, ainda publicou *Duas almas*, uma coletânea de poesias que trocou com o marido.⁴ Seu envolvimento com a literatura ia além da escrita: foi a idealizadora do Clube das Vitórias-Régias, um espaço de encontro e intercâmbio entre escritoras, artistas e intelectuais cariocas. Com reuniões mensais, o clube promovia saraus, jantares e eventos beneficentes, além de fomentar a troca de criações entre artistas do Brasil, Portugal e França. Essa conexão internacional pode ser observada no relatório enviado a Federação Pelo Progresso Feminino em 1936, no qual ela destaca a inspiração no *Clube das Perdizes* de Paris: “O Clube das Vitorias Regias foi fundado nos moldes do Club Gastronomico Artistico Literario das Belas Perdizes de Paris, adaptado ao meio brasileiro. Declaro de utilidade pública pelas suas realizações culturais, assistência social e aspecto nacionalista”.⁵

Michelle Perrot destaca que as associações femininas eram entendidas como um espaço mais conveniente para o protagonismo feminino, pois eram: “Associações piedosas, caridosas e filantrópicas. (...) Pela ação social podiam ser úteis e mesmo construir um nome. A ação local, concreta e limitada, era mais conveniente para as mulheres. Era o primeiro degrau para uma intervenção mais política na sociedade civil” (Perrot, 2015, p. 151).

Ou seja, as associações funcionavam como estratégicas para o avanço feminino, pois, embora limitadas ao âmbito social e cultural, serviam como preparação para uma futura atuação política. O *Clube das Vitórias-Régias*, ao conciliar tradição e modernidade, contribuiu para a redefinição do papel da mulher na sociedade, ampliando sua participação na esfera pública e cultural sem romper abruptamente com as expectativas de gênero da época. Assim, o clube simboliza um passo importante na luta por maior autonomia e reconhecimento das mulheres.

Em 1932, Iveta Ribeiro concebeu um de seus mais ambiciosos projetos: a revista *Brasil Feminino*. Como escritora e articuladora cultural, sua proposta ia além de um simples periódico, configurando-se como um espaço singular para a produção intelectual feminina. *Brasil Feminino* se apresentava como a única revista da América do Sul inteiramente elaborada por mulheres, reunindo colaboradoras de distintas orientações políticas e contando com contribuições de figuras proeminentes da elite intelectual brasileira.

A circulação da revista ultrapassou fronteiras, alcançando diversos países da América e da Europa, consolidando-se como uma plataforma de intercâmbio cultural e divulgação de atividades artísticas, literárias e filantrópicas. Em sua primeira fase, a publicação evitava filiações partidárias explícitas, permitindo, contudo, que as autoras imprimissem suas identidades e experiências em seus textos. Nos escritos de Iveta, percebe-se que *Brasil Feminino* visava mais do que a difusão literária: era um instrumento de afirmação intelectual das mulheres, um “pavilhão do espírito, de graça e de superioridade”, como ela mesma descreveu. Seu ideal era reunir mulheres cultas de diferentes países em um intercâmbio literário que transcendesse barreiras nacionais, promovendo a valorização do talento feminino na esfera pública. Abaixo podemos observar a fotografia da diretora de 1932 em seu primeiro texto de apresentação da revista (Figura 1).

Com periodicidade mensal, a revista enfrentou constantes dificuldades financeiras, as quais resultaram em interrupções e irregularidades em sua circulação. Em seus textos, Iveta Ribeiro faz menção direta ao apoio e à participação do marido na tentativa de manter o periódico em atividade. Segundo ela, sua iniciativa venceu “(...) pelo espírito de sacrifício de um português bom e honesto, que tudo procura fazer para tornar em realidade os ideais puros de uma esposa querida que, felizmente, sempre soube ama-lo, compreender-lhe a alma boa e clara, e honra-lo como merece”.⁶

Figura 1. Primeira aparição de Iveta Ribeiro na sua revista.



Fonte: RIBEIRO, Iveta. “De início”. *Brasil Feminino*, Rio de Janeiro, Anno I, n. 1, p. 1- 44, fevereiro de 1932.

Ao analisar a revista, observa-se ainda o número reduzido de propagandas, geralmente dispersas pelas páginas e vinculadas a lojas de luxo, costureiras e produtos voltados ao público feminino. Essa inconsistência financeira evidenciava que, apesar do alto nível gráfico e das aspirações intelectuais do projeto, ele se mostrava insustentável apenas com a ajuda financeira do marido ou com publicidade tradicional.

Um aspecto dissonante na trajetória de Iveta, dedicada a atividades de intenções aparentemente virtuosas, é sua filiação à Ação Integralista Brasileira (AIB) em 1937, fato ocultado em documentos da AFLRS e em biografias, provavelmente devido ao constrangimento gerado pela ilegalização do integralismo naquele mesmo ano, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas. Nesse contexto, a revista *Brasil Feminino*, sob sua direção, transforma-se em um veículo de propaganda política alinhado ao movimento liderado por Plínio Salgado, assumindo o papel de porta-voz da mulher integralista. Essa mudança editorial marca a segunda fase da revista e, consequentemente, desta pesquisa, que busca investigar se o periódico e sua organizadora representavam uma expressão integralista no âmbito da imprensa feminina ou, uma tentativa de articulação feminista em um período marcado pelo autoritarismo do Estado Novo.

Um dos aspectos analisados como possíveis motivações para as mudanças na trajetória do periódico refere-se a dificuldade financeira, mencionada anteriormente. Segundo Virgínia Mancilha, Iveta aceitou que a revista se tornasse integralista pois “sua dívida teria sido quitada por Plínio Salgado, em troca de uma nova postura por parte da publicação feminina” (Mancilha, 2011, p. 15). A partir desse recomeço, a publicação passou por uma mudança significativa, que transformou a *Brasil Feminino* num instrumento de militância partidária. Na primeira capa da revista em 1937 é possível perceber uma imagem de uma menina com uniforme verde e branco, em alusão ao ideal da juventude integralista,

erguendo com firmeza a bandeira azul com o símbolo do Sigma (Σ), marca do Integralismo. Ao fundo, o brasão da República Federativa do Brasil, indicando um desejo de unir a ideologia integralista à representação nacional. Como podemos observar abaixo (Figura 2).

Figura 2. Capa da revista Brasil Feminino no período Integralista.



Fonte: *Brasil Feminino*, Rio de Janeiro, Anno VI, n. 38, p. 1, novembro de 1937.

Trata-se de uma tentativa de vincular o papel da mulher e da infância feminina ao projeto político-ideológico da época. A imagem da menina com o braço erguido remete à saudação integralista, sugerindo disciplina e adesão a uma ordem nacionalista. Há um projeto pedagógico de gênero que busca formar meninas para o integralismo por meio de elementos afetivos e patrióticos. Conforme Chartier (1990), o impresso atua em disputas simbólicas e influencia práticas de leitura.

Mesmo após filiar-se formalmente à AIB em 1937, Iveta Ribeiro manteve a revista sob a perspectiva da feminilidade tradicional. Em editorial dessa fase, afirma: “A revista continuará com as mesmas características genuinamente femininas. Só abrimos mão para o Chefe Nacional Plínio Salgado, na parte integralista da revista” (*Brasil Feminino*, Rio de Janeiro, Anno VI, n. 38, novembro de 1937, p. 1). A declaração evidencia que a adesão ao integralismo não rompeu com o projeto editorial, mas o estendeu, integrando valores conservadores de ordem, disciplina e papéis femininos tradicionais. O programa de ação publicado na época torna explícita essa convergência ideológica:

1. Congregar todos os valores intelectuais femininos no Brasil.
2. Trabalhar pelo intercâmbio mental entre mulheres cultas de todos os países.
3. Auxiliar moralmente as iniciativas femininas de caráter de utilidade.
4. Cooperar para o desenvolvimento do feminismo racional.
5. Propugnar pela educação moral e intelectual da mocidade feminina do Brasil.⁷

A ênfase na moralidade, na utilidade nacional e na formação da juventude feminina segundo valores “superiores” reflete, culturalmente, o ideário de regeneração nacional típico de doutrinas fascistas. Ao vincular mulher, família e destino da pátria, Iveta Ribeiro revela-se uma intelectual alinhada a valores autoritários antes mesmo de aderir ao Integralismo. A manutenção desse programa, mesmo após a incorporação da pauta integralista, revela a complexidade e as ambiguidades do projeto editorial de *Brasil Feminino*.

É provável que a trajetória da revista tenha se encerrado com a ilegalização da AIB em 1937, um dos primeiros atos do regime do Estado Novo, que reprimiu movimentos políticos opositores e consolidou o poder centralizado de Vargas. Não há registros de publicações posteriores a esse evento, o que sugere que a revista foi diretamente impactada pelas medidas autoritárias do período. Apesar da escassez de fontes relativas ao período integralista da revista, as edições disponíveis serão analisadas de forma aprofundada, dada a relevância desse episódio para a história das mulheres no Brasil. Em particular, interessa-nos compreender a aparente contradição entre os ideais feministas apresentados na revista e a adesão ao Integralismo, movimento que, em tese, representava uma ruptura com tais ideais. Esta segunda fase da pesquisa ainda está em desenvolvimento no âmbito do pós-doutorado; portanto, este artigo concentra-se na primeira fase, já submetida a análises mais detalhadas.

O vigor de sua juventude e de sua produção artística contrasta fortemente com o silêncio que caracterizou seus últimos anos. Após a morte do marido, Iveta retirou-se para uma vida reclusa no Pavilhão Rocha Miranda, na instituição Pró-Matre, da qual foi sócia cooperadora por décadas. O profundo sofrimento da viuvez deixou marcas indeléveis em sua vida, mas sua trajetória anterior foi marcada por realizações significativas que contribuíram para moldar o cenário cultural de seu tempo.

BRASIL FEMININO E AS VOZES FEMININAS NA IMPRENSA

Para compreender o papel da revista *Brasil Feminino* no debate sobre as vozes femininas na imprensa, é essencial contextualizar sua criação, sua função na sociedade carioca e seu alcance no cenário nacional. Publicada mensalmente entre fevereiro de 1932 e novembro de 1937, a revista era produzida no Rio de Janeiro e distribuída tanto dentro quanto fora do estado, embora não haja menções específicas a outros estados em suas páginas, apenas um breve aviso sobre sua venda em âmbito nacional. Com um custo de dois mil réis por exemplar no Brasil, a revista também oferecia assinaturas internacionais, com 12 edições vendidas por 32 mil réis. Cada número contava entre 40 e 60 páginas, apresentando um conteúdo que mesclava temas culturais, sociais e políticos voltados para o público feminino. O periódico se encontra distribuído em algumas instituições: 15 exemplares que vão apenas de 1932 a 1933 estão digitalizados pela Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional Digital Brasil, outros quatro exemplares do ano de 1937 estão divididos, duas edições estão no Espaço de Documentação e Memória Cultural da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e outras duas no Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade de Campinas (UNICAMP). Os anos que faltam, de 1934 a 1936, estão disponíveis presencialmente na Biblioteca Nacional. As fontes consultadas não fornecem informações precisas sobre a tiragem da revista.

A *Brasil Feminino* apresentava uma ampla ilustração colorida em sua capa, acompanhada de outra de proporções semelhantes na contracapa, esta última geralmente destinada a anúncios publicitários. Embora não se autodenominasse uma revista ilustrada, a publicação incorporava imagens em preto e branco em quase todas as suas páginas, muitas delas assinadas por Odelli Castello Branco. O conteúdo visual era composto por desenhos, fotografias e gravuras, utilizados de forma a complementar e enriquecer o texto. Os cabeçalhos das colunas fixas eram elaborados de acordo com o tema tratado como literatura, cinema ou moda, reforçando a identidade visual de cada seção. As capas, por sua vez, frequentemente exploravam a relação simbólica entre as mulheres e a nação, valendo-se de elementos gráficos de caráter moderno e de forte apelo estético (Figura 3).

Figura 3. Capa da revista *Brasil Feminino* antes de participar do Integralismo.



Fonte: *Brasil Feminino*, Rio de Janeiro, Anno I, n. 1, p. 1-44, fevereiro de 1932.

Em seu logotipo enunciava que era uma revista “Da mulher, para a mulher e pela mulher”, como podemos observar abaixo (Figura 4).

Figura 4. Contra-capa da revista Brasil Feminino e seu logotipo.



Fonte: *Brasil Feminino*, Rio de Janeiro, Anno I, n. 1, p. 1-44, fevereiro de 1932.

O que vemos no logotipo acima se parece com uma águia descendo sobre o Rio de Janeiro, interpretamos essa águia como uma representação das mulheres e seu protagonismo na capital federal da época. Abaixo do logotipo e do título da revista vinha o editorial de publicação, que sempre era o mesmo, chamado “De início” e escrito pela diretora Iveta Ribeiro. Nele, ela escrevia contos, poesias, textos ou comunicados que achasse ser relevante para compartilhar com suas leitoras. Na primeira edição do periódico, ela destaca seus principais objetivos ao criar uma revista feminina: “Ter um nome nas letras e nas artes nacionais, já sendo uma victoria, ainda não é tudo, porque nunca se consegue divulgar-o em todo o território nacional, e muito menos torná-lo conhecido no estrangeiro”.⁸

Seu interesse, como já destacado anteriormente, era difundir as mulheres na literatura nacional, internacional, no espaço público e político. Eles vieram de uma inspiração no periódico *Portugal Feminino* (1930-1937), que também era dirigido por uma escritora brasileira, mas que vivia em Portugal e promovia o intercâmbio com o Brasil, a poetisa Maria Amelia Teixeira. Como já destacamos anteriormente, Iveta Ribeiro pertencia a classe dominante carioca e por ser esposa de um português possivelmente viajava com certa frequência para Portugal, podendo ser um dos motivos para iniciar a revista *Basil Feminino*.

A fim de entender quais as influências da revista *Portugal Feminino* em Iveta Ribeiro, realizamos uma busca e foi possível ter acesso a somente uma edição do periódico, digitalizada pela Biblioteca Nacional de Portugal e enviada por email. Por meio da análise desse número foi possível notar as semelhanças na produção das capas e editorial e conteúdos publicados, principalmente em relação à defesa da autonomia feminina e ao início dos movimentos feministas. Maria Amelia Teixeira destacava no periódico que seu objetivo era contribuir para o intercâmbio luso-brasileiro, e isso era escrito no rodapé de várias páginas da seguinte forma: “*Portugal Feminino* é de todas as mulheres portuguesas e brasileiras”.⁹

A revista *Portugal Feminino* emergiu como um importante veículo de defesa do feminismo, promovendo a união entre mulheres portuguesas e brasileiras para fortalecer suas reivindicações e amplificar suas vozes. Embora a edição analisada não faça menção a Iveta Ribeiro, é evidente que

a publicação compartilhava uma preocupação semelhante à da *Brasil Feminino*: dar visibilidade a figuras emblemáticas do movimento feminista da época. Ambas as revistas transcendiam o papel de meras informantes ou entretenimento, assumindo um propósito prático e transformador, alinhado à promoção de mudanças sociais. O objetivo comum era claro: unir os interesses das mulheres, criando uma rede de apoio e colaboração transatlântica.

Essa conexão é exemplificada pela participação da bióloga e advogada Bertha Lutz, uma das vozes mais influentes do feminismo no século XX, em ambas as revistas. Em 1931, na *Portugal Feminino*, Lutz contribuiu com o artigo “Biologia e feminismo”, no qual defendia a autonomia feminina e criticava os estereótipos de gênero perpetuados como “naturais”. Em um trecho marcante, ela afirma: “A boneca, estandardizada e monótona, artificial e agastada que as civilizações masculinas nos indicam como ideal feminino, nada tem de natural. A mulher parasitária e inactiva é um produto da convenção social. Não culpem a natureza, pois ela não a fez assim”.¹⁰

No ano seguinte, em 1932, Bertha Lutz reaparece na *Brasil Feminino*, desta vez na primeira edição do ano, com o texto “Voto Feminino”. Nele, ela celebra o projeto de lei eleitoral que permitia o voto às mulheres economicamente independentes, destacando o momento como um marco para o progresso feminino no Brasil. Lutz exortava as mulheres a se prepararem para assumir seus novos deveres cívicos, afirmando:

O momento actual é altamente significativo para o progresso do sexo feminino no Brasil. (...) A'quellas que se acham contempladas, peço que se preparem para o desempenho corajoso e consciente dos seus novos deveres civicos. As outras, ás mães de família e donas de casa, concito a trabalharem para obter a sua inclusão.¹¹

A escolha de Bertha Lutz como figura central desta análise não é casual. Sua trajetória como uma das principais líderes na luta pelo sufrágio feminino e pelos direitos políticos das mulheres no Brasil a consolida como uma referência indispensável para qualquer estudo sobre o tema. Sua atuação política e intelectual oferece uma chave interpretativa valiosa para compreender o contexto que permitiu o surgimento e a relevância dessas publicações. Assim, tanto a *Portugal Feminino* quanto a *Brasil Feminino* não apenas refletiam as aspirações de suas épocas, mas também atuavam como agentes ativos na construção de um futuro mais igualitário para as mulheres.

No contexto da luta pelos direitos das mulheres no Brasil, a advogada Adalzira Bittencourt emerge como uma figura emblemática. Em março de 1932, ela publicou um texto contundente sobre a humilhação e a falta de direitos das mulheres no código civil brasileiro. Em suas palavras: “A situação da mulher brasileira em face do nosso direito substantivo é ainda algo humilhante para nós. Conhece-se o grau de civilização dos povos pela maneira como são tratadas as mulheres”.¹² Bittencourt criticava duramente o tratamento dispensado às mulheres, comparando-o ao de “menores, pródigos e selvícolas”, especialmente no que dizia respeito ao Artigo 6, nº II do Código Civil, que considerava a mulher casada como “relativamente incapaz” para certos atos jurídicos sem o consentimento do marido. Esta desigualdade legal, segundo ela, refletia uma ironia ou, pior, uma injustiça do legislador, que não aplicava a mesma lógica aos homens casados. Sua crítica era um chamado à reflexão sobre a civilização que o Brasil tanto almejava, mas que ainda falhava em garantir direitos básicos às mulheres.

Além de suas incisivas críticas ao sistema legal, Adalzira Bittencourt também se colocava à disposição das leitoras da revista *Brasil Feminino*, oferecendo assistência jurídica gratuita. Em um anúncio publicado na revista, lia-se: “A nossa ilustre colaboradora, Dra. Adalzira Bittencourt, advogada formada pela Faculdade de Direito de São Paulo, oferece gentilmente seus serviços para amparar qualquer questão de Direito, atendendo por carta ou em hora previamente combinada”.¹³

Essa iniciativa não apenas demonstrava seu compromisso com a causa feminina, mas também reforçava o caráter prático da revista, que ia além da mera informação e entretenimento, buscando efetivamente promover mudanças sociais. A *Brasil Feminino* não se limitava a ser um veículo de informação; era um espaço de ação e mobilização. Outras escritoras importantes símbolos da primeira onda feminista também colaboraram para que algumas mudanças acontecessem para as mulheres, como Maria Eugenia Celso, Branca de Castro, Henriqueta Lisboa, Bertha Luz, Gilka Machado, Julia Lopes de Almeida, Rachel Prado, entre outras. Essa coluna destacava os acontecimentos em Portugal e abria espaço para escritoras, artistas e intelectuais portuguesas, como também fazia o periódico *Portugal Feminino* com as brasileiras.

As colunas permanentes eram: “Letras”, textos e crônicas escritas por Henriqueta Lisboa sobre livros clássicos e novos de autoras nacionais e internacionais, as colunas de entretenimento que visavam divulgar e comentar sobre os eventos culturais considerados importantes no Brasil e no mundo, como “Sociais”, de Albertina Diniz Júnior, que também destacava fotos de eventos ocorridos principalmente no Rio de Janeiro, e “Cinema”, de Joan Garbo, informando sobre os principais filmes norte-americanos de sucesso. Outros assuntos como moda, comportamento e fofocas eram feitos na coluna “Moda e feminilidades”, de Maria Ensolina, e sobre cozinha, “Nossa casa: sugestões da tia cuca”. Além disso, também existia uma interação entre as leitoras e diretora da revista, através da seção “Caixa de segredos”, na qual Iveta Ribeiro respondia as correspondências que chegavam e divulgava na mesma. Havia duas colunas que tratavam de assuntos voltados para as leitoras mais jovens, com a intenção de encaminhá-las na construção do desenvolvimento intelectual feminino. Eram estas: “Educação: educar é emancipar”, de Mercedes Dantas, e “Páginas da menina”, de Irene Drummond.

Nelas, a cada mês as escritoras faziam um balanço da situação educacional no país, principalmente no ensino básico no qual as mulheres ocupavam uma grande quantidade de postos como professoras. Na historiografia existe um termo para essa fração progressiva de moças ocupando o ensino básico, diz-se que ocorreu uma “feminização do magistério”. Nesse sentido, a autora da coluna apontava suas preocupações quanto à essa área e sua importância destacada para o “progresso” da sociedade, como podemos perceber no seguinte trecho da coluna: “A mulher emancipa-se. Por que a continuar professora sem a sua associação ou seu sindicato, sem compreender o momento histórico que o mundo vive? Professores de minha terra! Inserevei-vos em vossa associação de classe, a arauta independente de vossas reivindicações collectivas!”.¹⁴

O magistério primário deu às mulheres mais privilegiadas a primeira oportunidade de ingresso no trabalho formal. Mesmo que ainda unindo-o à maternidade, que seria seu destino verdadeiro, essa relação cobria-o de dignidade e prestígio social. Ministras aulas começa a ser uma ocupação bastante apreciada entre as jovens e ser uma mulher instruída passa de uma ameaça a algo desejável, desde que sem risco à sua função social, abrindo para elas um espaço público domesticado que fosse uma extensão das tarefas desempenhadas no lar. Essa busca crescente pelo ambiente profissional escolar foi favorecida pela concepção de que a educação infantil era um prolongamento da vida doméstica e da maternidade. Para algumas famílias terem uma filha professora poderia ser até razão da qual se vangloriar.

Ao analisar os escritos femininos no periódico *Brasil Feminino*, a linha entre escrita feminina e feminista se confunde, pois esse periódico também se diferencia da maioria do que circula na época, destacando o trabalho de mulheres e invertendo a prática comum de priorizar produções masculinas. Como observa Celi Pinto: “(..) as feministas atuavam em pequenos jornais, muitas vezes artesanais, em que publicados artigos e opiniões mais radicais sobre a condição da mulher. Havia um número incontável de pequenos jornais, tanto de interesse geral como de associações, sindicatos ou grêmios literários” (Pinto, 2003, p. 30-31).

Nesse sentido, *Brasil Feminino* funcionava como um catálogo do trabalho de mulheres nas artes, ciências, política e filantropia durante a década de 1930, tanto no Brasil quanto no exterior. Sua longevidade e resistência até 1937 desafiavam a noção de que periódicos feministas eram efêmeros ou mal estruturados. A imprensa feminina como campo de produção e circulação de informações refletia e publicizava o cotidiano das mulheres, mesclando esfera pública e privada. *Brasil Feminino* exemplificava essa dinâmica ao disseminar dicas domésticas e familiares, ao mesmo tempo em que abria espaço para discussões mais amplas, como o direito ao voto, a ocupação de cargos de liderança e a participação feminina em áreas tradicionalmente masculinas.

Sendo assim, é possível perceber que os discursos defendidos nas colunas, representavam a voz da primeira onda do feminismo no Brasil, que foi do “(...) final do século XIX e se estendeu pelas três primeiras décadas do século XX” (Pinto, 2003, p. 13), tendo como foco a luta feminina pelos direitos políticos através da participação eleitoral como candidatas e eleitoras. Apoiamo-nos na concepção de “ondas” com base na análise das historiadoras Celi Regina Pinto e Rachel Soihet. Sabemos que a historiografia recente questiona essa interpretação por excluir a multiplicidade das pautas feministas. Reconhecemos como certas e justas a pluralidade das pautas e a importância de se pensar interseccionalmente, refletindo sobre o cruzamento dos diversos marcadores sociais raça, gênero e classe. Mas, como o foco na nossa análise são as pautas defendidas pelas mulheres brancas e letradas, em sua maioria, publicadas nesta revista, para fins analíticos, optamos por utilizar a divisão do movimento em “ondas”. Assim, entendemos que mesmo sendo um período no qual o movimento foi organizado majoritariamente por mulheres da classe dominante, não podemos desqualificá-lo. Isto porque constituiu-se uma ação da qual; “(...) resultaram conquistas efetivas, dentre elas o voto e também outras em relação à educação, ao trabalho, dentre elas, a igualdade salarial, o horário, as medidas protetoras da maternidade, etc., completando o saldo da primeira onda feminista” (Soihet, 2013, p. 114)

Nesse contexto, a participação feminina nos periódicos, ao fortalecer e utilizar suas redes de sociabilidade, e a visibilidade conquistada na imprensa desempenharam um papel fundamental na emancipação das mulheres.

Nesse sentido, podemos classificar a *Brasil Feminino* como parte da imprensa feminista, não apenas por reivindicar o feminismo em seu plano de ação e conteúdo, mas também por ser um projeto dedicado exclusivamente à divulgação do trabalho de mulheres. A fotografia abaixo de Iveta Ribeiro, rodeada por suas colaboradoras, exemplifica essa estratégia de representação social, que buscava motivar outras mulheres a seguirem seus passos (Figura 5).

Figura 5. A representação feminina na revista *Brasil Feminino*.



Fonte: *Brasil Feminino*, Rio de Janeiro, Anno I, n. 1, p. 1-44, fevereiro de 1932.

Como afirma Roger Chartier, as “representações sociais”, visualizadas nas imagens fotográficas, charges e nos artigos da revista, “(...) não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas” (Chartier, 1990, p. 17). Na fotografia acima, observa-se que a equipe era formada por mulheres brancas, evidenciando desde o início uma perspectiva racializada da revista. A exaltação de um ideal de mulher branca, culta e patriótica se opunha a qualquer aproximação com mulheres pobres, trabalhadoras ou não brancas, frequentemente invisibilizadas nas páginas da *Brasil Feminino*. Essa seletividade simbólica evidencia uma concepção de nação centrada em valores excludentes, na qual a mulher poderia ocupar espaço público apenas de forma moderada e em nome da “utilidade moral” para a pátria, expressão reiterada nos editoriais.

A diretora Iveta Ribeiro procurava afirmar um “feminismo racional”, conciliador e moderado e que não rompesse frontalmente com os valores dominantes da sociedade burguesa, especialmente no que tange ao papel da mulher no espaço doméstico. As edições da revista revelam um esforço contínuo em se distanciar tanto dos discursos abertamente antifeministas quanto de vertentes do feminismo consideradas radicais no contexto da época. Uma das principais preocupações da imprensa feminista do período era evitar atrair ainda mais opositores ao movimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revista *Brasil Feminino*, dirigida por Iveta Ribeiro, emerge como um marco significativo na história da imprensa brasileira ao consolidar um espaço editorial exclusivamente feminino em um contexto dominado por vozes masculinas. Ao longo de sua circulação (1932-1937), a revista não apenas informou e entreteve, mas também engajou mulheres em debates cruciais sobre direitos, educação e participação política, refletindo as tensões entre tradição e modernidade que caracterizavam a sociedade brasileira da época. Iveta Ribeiro, com sua trajetória multifacetada como escritora, radialista e artista, personificou a luta por visibilidade e autonomia feminina, desafiando as estruturas patriarcais que limitavam a atuação das mulheres no espaço público.

A análise de *Brasil Feminino* revela uma publicação que, ao mesmo tempo em que mantinha vínculos com convenções sociais, abria caminho para discussões progressistas, como o sufrágio feminino e a igualdade de gênero. Colaboradoras como Bertha Lutz e Adalzira Bittencourt reforçaram o caráter feminista da revista, que se tornou um catalisador para a primeira onda do feminismo no Brasil. Ao promover o intercâmbio cultural e intelectual entre mulheres brasileiras e portuguesas, a revista também ampliou seu impacto além-fronteiras, consolidando-se como um veículo de empoderamento e resistência.

Acreditamos, no entanto, que essas escritoras feministas, em muitos momentos, reforçavam discursos patriarcais de submissão, não por alienação ou concordância, mas como uma estratégia de subversão da própria dominação. Como afirma Rachel Soihet, essa pode ser uma tática que “(...) mobiliza para seus próprios fins uma representação imposta, aceita, mas desviada contra a ordem que a produziu” (Soihet, 2013, p. 2000). Dessa forma, ao incorporar elementos da dominação, essas mulheres manipulavam e resignificavam os instrumentos simbólicos que as oprimiam, utilizando-os como ferramentas de resistência e transformação. Ao mesmo tempo, a defesa do “feminismo racional” feita por Iveta Ribeiro implicava a contenção das reivindicações políticas femininas, restringindo sua atuação à esfera moral e educativa. Esse feminismo moderado não apenas evitava confrontar o ideário burguês da época, como também funcionava como instrumento de disciplinamento das mulheres, promovendo uma pedagogia de gênero alinhada aos valores autoritários emergentes. A postura de Iveta Ribeiro revela afinidade ideológica com os princípios do fascismo cultural, entendido,

segundo Robert Paxton (2007) em *A anatomia do fascismo*, como a naturalização de valores como hierarquia, obediência, pureza moral e identidade nacional, anteriores à organização política formal.

A atuação editorial de Iveta Ribeiro promoveu a visibilidade de mulheres letradas e incentivou sua produção cultural, mas sempre dentro dos limites de um feminismo conciliador, avesso às pautas mais combativas. Sua filiação à Ação Integralista Brasileira reforça essa ambivalência ao revelar a compatibilidade entre seu projeto intelectual e ideais conservadores de nação, gênero e autoridade. A revista *Brasil Feminino* expressa essa tensão, funcionando simultaneamente como espaço de emancipação e de controle. A investigação concentrou-se na primeira fase da publicação (1932-1936), enquanto a análise da segunda fase, marcada pela adesão formal ao Integralismo em 1937, ainda está em andamento. O aprofundamento dessa pesquisa poderá esclarecer os sentidos contraditórios da atuação de Iveta Ribeiro no contexto da imprensa e dos feminismos do período.

Compreender essas contradições históricas é essencial também para os dias atuais. Em tempos de avanço de discursos autoritários e conservadores, revisitar trajetórias femininas que articularam, de forma ambígua, projetos de emancipação e controle moral ajuda a reconhecer os riscos de um feminismo capturado por ideologias excludentes. Ao revelar a complexidade dessas figuras, este estudo contribui para os debates contemporâneos sobre os usos políticos do discurso feminista e ressalta a necessidade de uma luta por igualdade que seja verdadeiramente plural, crítica e atenta às armadilhas da história.

Referências

- BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- CHARTIER, Roger. Introdução: por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 13-28. (Coleção Memória e sociedade).
- FLORES, Hilda Agnes Hubner. *Dicionário de mulheres*. 2. ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.
- MANCILHA, Virgínia Maria Netto. Nas páginas da imprensa feminina: uma análise da revista Brasil Feminino e da participação feminina no movimento do Sigma (1932-1937). In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (org.). *Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista*. [e-book]. Sob Medida, 2011. p. 1-25.
- MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (coord.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 45-80.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2015.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (coord.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 15-41.
- SOIHET, Raquel. *Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.
- VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- WALBY, Sylvia. *Theorizing patriarchy*. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

Notas finais

¹ Iveta Ribeiro, “De início”, *Brasil Feminino*, Rio de Janeiro, Anno I, n. 1, fevereiro de 1932, p. 1- 44.

² Washington Luís foi um advogado e político brasileiro que se tornou o 13 presidente do Brasil entre 1926 e 1930.

³ *50 anos de literatura: perfil das patronas*. Academia Literária do Rio Grande do Sul. Instituto Estadual do Livro, Porto Alegre, 1993, p. 1.

⁴ Para uma análise mais apurada das contribuições e estilo literário de Iveta, ver: Muzart (2009).

⁵ Clube das Vitórias Régias. Código de Referência: BR RJANRIO Q0.ADM, EAF.CVR.1. Fundo Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino. Seção Administração. Subseção Entidades Afins. Finalidade: Cultural e Cívica. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 9 de julho de 1936.

⁶ Iveta Ribeiro, “De início”, *Brasil Feminino*. Rio de Janeiro, Anno I, n. 1, fevereiro de 1932, p. 1- 44.

⁷ *Brasil Feminino*, Rio de Janeiro, Anno VI, n. 37, novembro de 1937, p. 1-35.

⁸ Iveta Ribeiro, “De início”, *Brasil Feminino*. Rio de Janeiro, Anno I, n. 1, fevereiro de 1932, p. 1- 44.

⁹ *Portugal Feminino*, Lisboa, Anno II, n. 14, março de 1931, p. 1-39.

¹⁰ Bertha Lutz, “Biologia e feminismo”. *Portugal Feminino*. Lisboa, Anno II, N. 14, março de 1931, p. 1-39, p. 22.

¹¹ Bertha Lutz, *Brasil Feminino*, Rio de Janeiro, Anno I, n. 1, fevereiro de 1932, p. 1- 44.

¹² Adalzira Bittencourt, “A mulher e o Direito: mulher brasileira humilhada num artigo do Código Civil”. *Brasil Feminino*, Rio de Janeiro, Anno I, n. 2, março de 1932, p. 14.

¹³ Adalzira Bittencourt. “Às nossas leitoras”. *Brasil Feminino*, Rio de Janeiro, Anno I, n.4, maio de 1932, p. 1-57.

¹⁴ Mercedes Dantas. “Educação: educar é emancipar”. *Brasil Feminino*, Rio de Janeiro, Anno I, n. 8, dezembro de 1932, p. 1-60.

Submetido em: 19/02/2025
Aceite em: 01/10/2025